

6 Dos Recursos  
 6.1 Os candidatos podem interpor recursos do resultado das inscrições e do resultado final, conforme o cronograma do Anexo.  
 6.2 Os recursos devem estar devidamente fundamentados e apresentados em formulário padrão, conforme disponibilizado no endereço <https://portal.unila.edu.br/concursos>, não sendo admitidos recursos que não apontem as irregularidades e os fundamentos da nulidade arguida.  
 6.3 O formulário de recurso preenchido e assinado deverá ser encaminhado ao e-mail: [concursos@unila.edu.br](mailto:concursos@unila.edu.br).  
 6.4 Os recursos do processo seletivo simplificado serão julgados pela banca avaliadora e seu resultado será enviado ao candidato por e-mail.  
 7 Da contratação  
 7.1 A contratação se dará nos termos da Lei nº 8.745/1993, por período determinado, com prazo inicial de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado, a critério da administração.  
 7.2 Após a homologação do resultado final, a UNILA entrará em contato com o candidato aprovado, pelo e-mail informado na ficha de inscrição, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para confirmar o interesse do candidato em assumir a vaga.  
 7.3 Candidatos que exerceram a função de Professor Substituto ou Visitante, nos termos da Lei nº 8.745/1993, não poderão ser contratados, com fundamento nesta Lei, antes de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento de seu último contrato.  
 7.4 Após o recebimento do e-mail de confirmação de interesse na vaga, o candidato aprovado terá até 2 (dois) dias úteis para confirmar o aceite da vaga por e-mail.  
 7.4.1 Após a confirmação, a Unila entrará em contato novamente através do e-mail informado, solicitando que o candidato compareça para a entrega dos documentos e assinatura do contrato. A partir dessa convocação, o candidato terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar os documentos (originais) necessários à contratação, conforme discriminados abaixo:  
 I. Documento de Identificação - RG ou Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM.  
 II. Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF.  
 III. Comprovante de situação cadastral regular no Cadastro de Pessoa Física - CPF.  
 IV. Certidão de nascimento ou casamento.  
 V. Cartão PIS/PASEP.  
 VI. Título Eleitoral (dispensável para estrangeiros).  
 VII. Comprovante de quitação das obrigações Eleitorais e Militares (dispensável para estrangeiros).  
 VIII. Diplomas das titulações exigidas no quadro do subitem 3.1.  
 a) Serão desconsiderados atas de defesa ou comprovantes de conclusão.  
 IX. Os títulos obtidos no exterior deverão estar revalidados.  
 X. Autorização de residência expedida pela Secretaria do Trabalho vinculada ao Ministério da Economia ou Visto Permanente, apenas para candidatos estrangeiros.  
 7.4.2 Além dos documentos supracitados, o candidato deverá apresentar os formulários e declarações disponíveis no endereço eletrônico <https://portal.unila.edu.br/progepe/dap/contratacao-professor-substituto-e-visitante>. Tais documentos deverão ser impressos e preenchidos para entrega no ato de admissão.  
 7.5 O contrato celebrado terá a data de início de exercício em conformidade com a data informada pela coordenação da área, ou quando for o caso, do curso.  
 7.6 O diploma que não for correspondente à titulação exigida no quadro 4.1 será encaminhado ao curso/área da vaga para verificação do cumprimento do requisito.  
 7.7 O curso/área da vaga que receber o diploma do(a) candidato(a) aprovado(a) para verificação, deverá observar a Tabela CAPES da área ou subárea indicada neste edital.  
 7.8 O curso/área deverá assinar um documento que comprove que a titulação atende aos requisitos exigidos para contratação quando solicitado.  
 8 Das Disposições Finais  
 8.1 A contratação dos aprovados no número de vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.  
 8.2 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, contado a partir da data de contratação, prorrogável pelo mesmo período a critério da administração.  
 8.2.1 Os candidatos classificados neste Processo Seletivo Simplificado poderão ser convocados, a critério da administração, na validade do mesmo, com vistas à necessidade justificada de professor substituto.  
 8.3 Os candidatos poderão enviar suas dúvidas ao endereço eletrônico [concursos@unila.edu.br](mailto:concursos@unila.edu.br).  
 8.4 O cronograma do Processo Seletivo Simplificado consta no Anexo deste edital, podendo ser alterado.  
 8.4.1 Em caso de alteração de datas, um novo cronograma será divulgado no endereço eletrônico <https://documentos.unila.edu.br/concursos>.  
 8.5 Ao realizar a inscrição, o candidato estará ciente dos termos deste edital e de que aceita suas normas e condições, dos quais não poderá alegar desconhecimento.  
 8.6 Compete exclusivamente ao candidato certificar-se de que cumpre os requisitos estabelecidos pela legislação em vigor e pelo presente edital, sob pena de perder o direito à vaga.  
 8.7 É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado, pelo Diário Oficial da União e na página de concursos da UNILA pelo endereço <https://documentos.unila.edu.br/concursos>.  
 8.8 A UNILA não se responsabiliza por problemas técnicos que impossibilitem a inscrição.  
 8.9 Casos não previstos neste edital serão avaliados pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UNILA e em casos específicos enviados às bancas correspondentes.  
 ANEXO

Cronograma Previsto do Processo Seletivo Simplificado	
Período de inscrições	de 05 de abril a 09 de maio de 2022
Período para isenção da taxa de inscrição	de 05 a 29 de abril de 2022
Divulgação da lista de deferidos e indeferidos da isenção	Até 02 de maio de 2022
Divulgação das inscrições	Até 15 de maio de 2022
Recursos das inscrições	Até um dia após a divulgação
Homologação das inscrições	Até 19 de maio de 2022
Divulgação da Banca Examinadora	Até 24 de maio de 2022
Divulgação do resultado preliminar	Até 13 de junho de 2022
Recursos do resultado preliminar	Até dois dias após a divulgação
Homologação do resultado final	Até 22 de junho de 2022

THIAGO CESAR BEZERRA MORENO

**EDITAL Nº 59/DICS/DAP/PROGEPE DE 4 DE ABRIL DE 2022**

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS SUBSTITUTO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, designado pela Portaria nº 219/2022/PROGEPE, tendo em vista a delegação de competência conferida pela Portaria nº 286/2020/GR e suas alterações, torna público o presente Edital de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para contratação de Professor Substituto, por tempo determinado, conforme a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 e posteriores alterações, a Instrução

Normativa Nº 1, de 27 de agosto de 2019, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, e a Resolução CONSUN Nº 40 de 29 de Outubro de 2018, nos termos que seguem:  
 1 Da inscrição  
 1.1 A inscrição será realizada exclusivamente pelo endereço eletrônico <https://sig.unila.edu.br/sighr/public/home.jsf> (Menu Concursos).  
 1.1.1 Período de Inscrição conforme disposto no Anexo I - Cronograma Previsto do Processo Seletivo Simplificado.  
 1.2 Caso não haja inscritos, o período para as inscrições ficará automaticamente prorrogado por prazo igual ao período de inscrição do Anexo I, caso em que um novo cronograma será divulgado.  
 1.3 No ato da inscrição, o candidato deverá anexar a documentação exigida conforme abaixo:  
 I. cópia atualizada do Currículo Lattes ou Vitae:  
 a) em formato .pdf;  
 b) em arquivo único, que não deverá ultrapassar 1MB (um megabyte).  
 II. documentos comprobatórios:  
 a) em formato .pdf;  
 b) em arquivo único, que não deverá ultrapassar 10 MB (dez megabytes).  
 1.3.1 Os documentos devem estar em português ou espanhol.  
 1.3.1.1 Documentos em outras línguas devem ser traduzidos.  
 1.3.2 O candidato é responsável por anexar os documentos comprobatórios para pontuação no momento da inscrição.  
 1.3.2.1 Serão desconsiderados documentos enviados por e-mail.  
 1.4 Os quadros de pontuação constam nos subitens 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3.  
 1.4.1 Para fins de comprovação dos itens, podem ser utilizados:  
 I. títulos: diplomas;  
 a) Serão desconsiderados atas de defesa ou comprovantes de conclusão;  
 II. livros: capa do livro e ficha catalográfica;  
 III. capítulos de livros: capa do livro, ficha catalográfica e primeira página do capítulo;  
 IV. artigos e resumos impressos: capa da revista, ficha catalográfica, sumário e primeira página do artigo;  
 V. artigos e resumos digitais: informar o link do artigo na última página do arquivo dos documentos comprobatórios;  
 VI. experiência didática (semestres ou disciplinas lecionadas) e profissional:  
 a) Carteira de trabalho acompanhada de declaração comprobatória do setor de recursos humanos especificando as matérias lecionadas, em caso de trabalho prestado em instituição privada.  
 b) Contrato de trabalho, em caso de atuação como visitante ou substituto de órgão público e publicação em Diário Oficial do extrato do contrato.  
 c) Declaração do setor de recursos humanos, especificando as matérias lecionadas e a publicação da nomeação de Diário Oficial, em caso de atuação em carreira de órgão público.  
 d) Declaração do setor de recursos humanos, especificando as matérias lecionadas e período de contrato, em caso de atuação de instituição privada.  
 VII. Cópia da capa e resumo da tese.  
 1.4.2 Somente serão pontuadas atividades didáticas e produção acadêmica no período de 2012 a 2022.  
 1.5 Os dados informados na inscrição são de total e exclusiva responsabilidade do candidato.  
 1.6 A taxa de inscrição é de R\$ 105,00.  
 1.7 O pagamento da GRU deverá ser realizado até o vencimento da guia.  
 1.8 Serão homologadas as inscrições que tiverem a taxa paga ou que a isenção for deferida.  
 1.9 Após a realização da inscrição, será gerado um comprovante que pode ser impresso pelo candidato.  
 1.10 A homologação das inscrições será divulgada em edital específico, conforme cronograma do Anexo.  
 2 Da isenção da taxa de inscrição  
 2.1 Os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593 de 02 de outubro de 2008, que regulamenta o Art. 11 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, têm direito à isenção do pagamento da taxa de inscrição do Processo Seletivo, mediante as seguintes condições:  
 I. estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e  
 II. ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto no 6.135, de 2007.  
 2.2 Para usufruir tal direito, o candidato deverá realizar a sua inscrição e solicitar isenção no prazo estabelecido no Anexo I, observando os seguintes passos:  
 I. acessar o site <https://sig.unila.edu.br/sighr/public/home.jsf> (Menu Concursos), no qual estará disponível o Formulário de inscrição;  
 II. preencher integralmente o Formulário de acordo com as instruções nele constantes, informando o Número de Identificação Social - NIS;  
 III. declarar no próprio Formulário que atende às condições estabelecidas nos incisos "I" e "II" do item 2.1 deste edital;  
 IV. enviar eletronicamente e imprimir o comprovante;  
 2.3 As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este, a qualquer momento, se agir de má-fé, utilizando-se de declaração falsa, estar sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no Parágrafo Único do Art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979, sendo também eliminado do Processo Seletivo e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.  
 2.4 Para o candidato isento será validada, apenas, a última inscrição realizada.  
 2.5 Serão desconsiderados os pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição do candidato que:  
 I. omitir informações e/ou torná-las inverídicas;  
 II. fraudar e/ou falsificar as informações apresentadas;  
 III. Solicitar a isenção fora do prazo estabelecido no edital;  
 IV. Comprovar renda familiar mensal superior a três salários-mínimos, seja qual for o motivo alegado.  
 2.6 Não será aceito pedido de reconsideração/recurso do indeferimento da isenção.  
 2.7 A homologação das inscrições será divulgada em edital específico, conforme cronograma do Anexo.  
 3 DA RESERVA DE VAGAS  
 3.1 A reserva de vagas para pessoas com deficiência e candidatos negros, nos termos deste Edital, está em conformidade com a Lei n.º 8.112/1990, a Lei n.º 12.990/2014, o Decreto n.º 9.508/2018.  
 3.2 Os candidatos com deficiência e os candidatos negros participarão deste concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como horários de início, datas, locais de aplicação e nota mínima exigida, observados os dispositivos legais.  
 3.3 O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas para candidatos com deficiência e/ou às vagas reservadas para candidatos negros deverão fazer a sua opção no Requerimento de Inscrição.  
 3.4 O candidato poderá desistir de concorrer às vagas reservadas até o final do período de inscrição, modificando seu Requerimento de Inscrição.  
 3.5 O percentual mínimo de reserva será aplicado conforme Instrução Normativa nº 02/2022/PROGEPE.  
 3.6 Os candidatos às vagas reservadas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.  
 3.7 Os candidatos às vagas reservadas aprovados no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.



3.8 Em caso de desistência do candidato aprovado em vaga reservada, essa vaga será preenchida pelo candidato concorrente à mesma reserva posteriormente classificado.

3.9 Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos aprovados às vagas reservadas, estas serão revertidas para a ampla concorrência e poderão ser preenchidas por candidatos aprovados pela lista geral.

### 3.10 DA RESERVA DE VAGA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA:

3.10.1 As pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo Decreto 9.508, de 2018, fica reservado o percentual mínimo de 5% das vagas oferecidas.

3.10.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4.º, do Decreto n.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296/2004.

3.10.3 Fica assegurada a adequação de critérios para a realização e a avaliação das provas de que trata o inciso III do artigo 3.º do Decreto 9.508/2018 à deficiência do candidato, a ser efetivada por meio do acesso a tecnologias assistivas e a adaptações razoáveis, observado o disposto no ANEXO DO DECRETO 9.508/2018.

3.10.4 O atendimento às condições especiais solicitadas no ato da inscrição ficará sujeito a análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

3.10.5 O candidato, ao declarar sua deficiência, especificando-a no Requerimento de Inscrição, estará ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório, que também será acompanhado por equipe multiprofissional.

3.10.6 O candidato com deficiência que necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá solicitá-lo no Requerimento de Inscrição, de maneira clara e objetiva.

3.10.7 O candidato que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital, não poderá alegar a referida condição em seu benefício, não sendo, portanto, considerado Pessoa com Deficiência e não lhe será facultado impetrar recurso em favor de sua condição para concorrer à vaga reservada.

3.10.8 É obrigatório ao candidato autodeclarado PcD submeter-se à avaliação médica oficial para confirmação da alegada deficiência.

3.10.8.1 A convocação e a realização da Avaliação Médica Oficial serão atos que antecedem a nomeação do candidato.

3.10.8.2 Para realização de Avaliação Médica Oficial, o candidato deverá apresentar laudo médico original expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos anteriores a esta, atestando a espécie e/ou grau, ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência.

3.10.8.3 Durante a Avaliação Médica Oficial, poderão ser solicitados laudos, exames ou relatórios complementares, emitidos por profissional de saúde atuante na área da deficiência declarada pelo candidato, os quais deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de solicitação;

3.10.8.4 Findada a referida avaliação, será disponibilizada cópia do laudo médico, o qual deverá ser apresentado pelo candidato no ato de realização do exame admissível, para fins de avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo a ser assumido pelo candidato;

3.10.8.5 O exame admissível de que trata o item anterior ocorrerá após a nomeação do candidato para provimento no respectivo cargo público, em data e horário a ser agendado pela Administração.

3.10.8.6 O candidato que não for considerado pessoa com deficiência, para fins de investidura em cargo público, ou que deixar de apresentar documentos solicitados durante a avaliação médica oficial, ou ainda faltar à avaliação médica oficial será removido da listagem de pessoa com deficiência e passará constar somente na lista de classificação da ampla concorrência;

3.10.9 Após a nomeação ao cargo, a deficiência apresentada no Requerimento de Inscrição para concorrência à vaga destinada à pessoa com deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

### 3.11 DA RESERVA DE VAGAS PARA CANDIDATOS NEGROS

3.11.1 Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.11.2 A LEI N. 12.990, DE 09 DE JUNHO DE 2014 trata da reserva de vagas aos candidatos negros e determina que 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da União.

3.11.2.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.11.2, deste Edital, resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, nos termos do § 2.º DO ARTIGO 1.º DA LEI N. 12.990, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

3.11.3 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá indicar, em campo específico do Requerimento de Inscrição, que deseja concorrer às vagas destinadas a candidatos negros (pretos ou pardos), na forma da LEI N. 12.990, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

3.11.3.1 A autodeclaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade e será confirmada mediante procedimento de heteroidentificação;

3.11.3.2 O procedimento de heteroidentificação, complementar à autodeclaração dos candidatos negros, seguirá os princípios e diretrizes estabelecidos na PORTARIA NORMATIVA Nº 4 DE 06 DE ABRIL DE 2018 e será realizada por comissão criada especificamente para este fim.

3.11.4 Os candidatos que não assinarem a opção referida no subitem 5.11.3 passarão a concorrer somente às vagas de ampla concorrência.

3.11.5 O candidato aprovado em vaga reservada a negros será convocado para o procedimento de heteroidentificação, em momento anterior à nomeação.

3.11.5.1 A verificação da veracidade da autodeclaração será feita por comissão designada para tal fim, com competência deliberativa a qual irá considerar, tão somente, os aspectos fenotípicos dos candidatos, sendo que esta verificação deverá ser realizada obrigatoriamente com a presença do candidato.

3.11.5.2 O procedimento de heteroidentificação poderá ser promovido de forma telepresencial, mediante utilização de recursos de tecnologia de comunicação e será gravado.

3.11.5.3 O candidato cuja autodeclaração não for confirmada em procedimento de heteroidentificação concorrerá às vagas destinadas à ampla concorrência.

3.12 Na hipótese de constatação de declaração falsa emitida por candidato aprovado em vaga reservada, após a nomeação do candidato, este ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis

### 4 Das Vagas e Remuneração

4.1 A vaga disponível está distribuída de acordo com o quadro abaixo:

Área de Conhecimento	Música
Subárea de Conhecimento	Música ou Instrumentação Musical ou Composição Musical
Titulação Exigida	Mestrado em: Música ou Instrumentação Musical ou Composição Musical
Carga Horária	40h
Vagas	01
Remuneração	R\$ 4.304,92

<sup>1</sup>Vaga destinada à Ampla Concorrência

4.1.1 O contratado receberá auxílio-alimentação mensal no valor de R\$ 458,00 (quatrocentos e cinquenta e oito reais).

4.1.2 Havendo, durante a vigência do contrato ou de suas prorrogações, observando os protocolos de segurança recomendados em decorrência da COVID-19, a alteração da modalidade de ensino para o Ensino Remoto Emergencial (ERE), o contratado deverá ministrar as matérias em consonância com a modalidade de ensino determinada pela Instituição de Ensino Superior - IES.

### 5 Da Avaliação

5.1 A avaliação da área se dará por prova de título e currículo, sendo atribuída uma pontuação para cada item devidamente comprovado, conforme a seguir:

5.1.1 Distribuição da pontuação para avaliação: Titulação

Item Avaliado	Pontos
Doutorado na área/subárea de conhecimento	4,0
Doutorado em áreas afins	3,5
Mestrado na área de conhecimento	3,0
Mestrado em áreas afins	2,5
<b>Total Máximo</b>	<b>4,0</b>

5.1.2 Distribuição da pontuação para avaliação: Produção científica

Item Avaliado	Pontos	Pontuação Máxima
Livro na área/subárea de conhecimento, publicado por editora com conselho editorial	1,00	Até 1,5
Capítulo de livro na área de conhecimento, publicado por editora com conselho editorial	0,50	
Artigo em periódico indexado (Qualis) na área de conhecimento (por artigo)	1,00	
Artigo em periódico indexado (Qualis) em áreas afins (por artigo)	0,50	
Artigo em congressos (por artigo)	0,25	
Resumo em congressos (por artigo)	0,10	
Palestras em eventos científicos, orientações de trabalhos acadêmicos, relatórios de pesquisa	0,10	
<b>Total Máximo</b>		<b>1,5</b>

5.1.3 Distribuição da pontuação para avaliação: Experiência profissional

Item Avaliado	Pontos	Pontuação Máxima
Arranjo musical registrado (em CD/DVD, programa, material de imprensa ou partitura publicada)	0,05	Até 2,5
Composição musical registrada (em CD/DVD, programa, material de imprensa ou partitura publicada)	0,10	
Trilha sonora (dança, peça, filmes, espetáculos)	0,05	
Registro fonográfico (CDs, DVDs)	0,15	
Transcrição musical registrada (em CD/DVD, programa, material de imprensa ou partitura publicada)	0,05	
Edição crítica de partituras	0,10	
Apresentação pública, recital e concerto nacional ou internacional (solo ou em grupo)	0,10	
Premiação em concurso nacional ou internacional	0,10	
Outras produções artísticas/culturais não contempladas nos itens anteriores (cursos de curta duração, workshops, masterclasses, etc.)	0,10	
<b>Total Máximo</b>		<b>2,5</b>

5.1.4 Distribuição da pontuação para avaliação: Experiência profissional em

Item Avaliado	Pontos	Pontuação Máxima
Disciplina lecionada na área e/ou subárea de conhecimento	0,50 (para cada 60h ou proporção)	Até 2,0
<b>Total máximo</b>		<b>2,0</b>

5.2 No item 5.1.1, será pontuado somente a maior titulação

5.3 Não serão pontuados itens sem a devida comprovação, bem como aqueles que não atenderem ao disposto nos subitens 1.4.1 e 1.4.2.

5.4 No resultado final será desclassificado o candidato que obtiver menos de 7,0 (sete) pontos.

5.5 Serão considerados os seguintes critérios para desempate, nesta ordem: a) Maior idade, no caso de o(a) candidato(a) possuir 60 anos ou mais, conforme Art. 27, parágrafo único, da Lei Nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

b) Maior titulação.

c) Maior tempo dedicado à docência no ensino superior.

d) Maior tempo de experiência profissional.

5.6 É vedado o anúncio público de quaisquer notas antes da divulgação dos Resultados no Portal de Documentos da Unila.

6 Dos Recursos

6.1 Os candidatos podem interpor recursos do resultado das inscrições e do resultado final, conforme o cronograma do Anexo.

6.2 Os recursos devem estar devidamente fundamentados e apresentados em formulário padrão, conforme disponibilizado no endereço <https://portal.unila.edu.br/concursos>, não sendo admitidos recursos que não apontem as irregularidades e os fundamentos da nulidade arguida.

6.3 O formulário de recurso preenchido e assinado deverá ser encaminhado ao e-mail: [concursos@unila.edu.br](mailto:concursos@unila.edu.br).

6.4 Os recursos do processo seletivo simplificado serão julgados pela banca avaliadora e seu resultado será enviado ao candidato por e-mail.

7 Da contratação

7.1 A contratação se dará nos termos da Lei nº 8.745/1993, por período determinado, com prazo inicial de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado, a critério da administração.

7.2 Após a homologação do resultado final, a UNILA entrará em contato com o candidato aprovado, pelo e-mail informado na ficha de inscrição, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para confirmar o interesse do candidato em assumir a vaga.

7.3 Candidatos que exerceram a função de Professor Substituto ou Visitante, nos termos da Lei nº 8.745/1993, não poderão ser contratados, com fundamento nesta Lei, antes de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento de seu último contrato.

7.4 Após o recebimento do e-mail de confirmação de interesse na vaga, o candidato aprovado terá até 2 (dois) dias úteis para confirmar o aceite da vaga por e-mail.

7.4.1 Após a confirmação, a Unila entrará em contato novamente através do e-mail informado, solicitando que o candidato compareça para a entrega dos documentos e assinatura do contrato. A partir dessa convocação, o candidato terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar os documentos (originais) necessários à contratação, conforme discriminados abaixo:

I. Documento de Identificação - RG ou Carteira de Registro Nacional Migratório

- CRNM.

II. Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF.

CPF.

IV. Certidão de nascimento ou casamento.

V. Cartão PIS/PASEP.



VI. Título Eleitoral (dispensável para estrangeiros).  
 VII. Comprovante de quitação das obrigações eleitorais e Militares (dispensável para estrangeiros).  
 VIII. Diplomas das titulações exigidas no quadro do subitem 3.1.  
 a) Serão desconsiderados atas de defesa ou comprovantes de conclusão.  
 IX. Os títulos obtidos no exterior deverão estar revalidados.  
 X. Autorização de residência expedida pela Secretaria do Trabalho vinculada ao Ministério da Economia ou Visto Permanente, apenas para candidatos estrangeiros.  
 7.4.2 Além dos documentos supracitados, o candidato deverá apresentar os formulários e declarações disponíveis no endereço eletrônico <https://portal.unila.edu.br/progepe/dap/contratacao-professor-substituto-e-visitante>. Tais documentos deverão ser impressos e preenchidos para entrega no ato de admissão.  
 7.5 O contrato celebrado terá a data de início de exercício em conformidade com a data informada pela coordenação da área, ou quando for o caso, do curso.  
 7.6 O diploma que não for correspondente à titulação exigida no quadro 4.1 será encaminhado ao curso/área da vaga para verificação do cumprimento do requisito.  
 7.7 O curso/área da vaga que receber o diploma do(a) candidato(a) aprovado(a) para verificação, deverá observar a Tabela CAPES da área ou subárea indicada neste edital.  
 7.8 O curso/área deverá assinar um documento que comprove que a titulação atende aos requisitos exigidos para contratação quando solicitado.  
 8 Das Disposições Finais  
 8.1 A contratação dos aprovados no número de vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.  
 8.2 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, contado a partir da data de contratação, prorrogável pelo mesmo período a critério da administração.  
 8.2.1 Os candidatos classificados neste Processo Seletivo Simplificado poderão ser convocados, a critério da administração, na validade do mesmo, com vistas à necessidade justificada de professor substituto.  
 8.3 Os candidatos poderão enviar suas dúvidas ao endereço eletrônico [concursos@unila.edu.br](mailto:concursos@unila.edu.br).  
 8.4 O cronograma do Processo Seletivo Simplificado consta no Anexo deste edital, podendo ser alterado.  
 8.4.1 Em caso de alteração de datas, um novo cronograma será divulgado no endereço eletrônico <https://documentos.unila.edu.br/concursos>.  
 8.5 Ao realizar a inscrição, o candidato estará ciente dos termos deste edital e de que aceita suas normas e condições, dos quais não poderá alegar desconhecimento.  
 8.6 Compete exclusivamente ao candidato certificar-se de que cumpre os requisitos estabelecidos pela legislação em vigor e pelo presente edital, sob pena de perder o direito à vaga.  
 8.7 É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado, pelo Diário Oficial da União e na página de concursos da UNILA pelo endereço <https://documentos.unila.edu.br/concursos>.  
 8.8 A UNILA não se responsabiliza por problemas técnicos que impossibilitem a inscrição.  
 8.9 Casos não previstos neste edital serão avaliados pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UNILA e em casos específicos enviados às bancas correspondentes.  
 ANEXO

Cronograma Previsto do Processo Seletivo Simplificado	
Período de inscrições	06 de abril a 01 de maio de 2022
Período para isenção da taxa de inscrição	06 a 24 de abril de 2022
Divulgação da lista de deferidos e indeferidos da inscrição	Até 28 de abril de 2022
Divulgação das inscrições	Até 06 de maio de 2022
Recursos das inscrições	Até dois dias após a divulgação
Homologação das inscrições	Até 11 de maio de 2022
Divulgação da Banca Examinadora	Até 25 de maio de 2022
Divulgação do resultado preliminar	Até 07 de junho de 2022
Recursos do resultado preliminar	Até dois dias após a divulgação
Homologação do resultado final	Até 17 de junho de 2022

THIAGO CESAR BEZERRA MORENO

**EDITAL Nº 61/2022/DICS/DAP/PROGEPE DE 5 DE ABRIL DE 2022**

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS SUBSTITUTO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, designado pela Portaria nº 219/2022/PROGEPE, tendo em vista a delegação de competência conferida pela Portaria nº 286/2020/GR e suas alterações, torna público o presente Edital de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para contratação de Professor Substituto, por tempo determinado, conforme a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 e posteriores alterações, a Instrução Normativa Nº 1, de 27 de agosto de 2019, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, e a Resolução CONSUN Nº 40 de 29 de Outubro de 2018, nos termos que seguem:

1 Da inscrição  
 1.1 A inscrição será realizada exclusivamente pelo endereço eletrônico <https://sig.unila.edu.br/sigrh/public/home.jsf> (Menu Concursos).  
 1.1.1 Período de Inscrição conforme disposto no Anexo I - Cronograma Previsto do Processo Seletivo Simplificado.  
 1.2 Caso não haja inscritos, o período para as inscrições ficará automaticamente prorrogado por prazo igual ao período de inscrição do Anexo I, caso em que um novo cronograma será divulgado. 1.3 No ato da inscrição, o candidato deverá anexar a documentação exigida conforme abaixo: I. cópia atualizada do Currículo Lattes ou Vitae:  
 a) em formato .pdf;  
 b) em arquivo único, que não deverá ultrapassar 1MB (um megabyte).  
 II. documentos comprobatórios:  
 a) em formato .pdf;  
 b) em arquivo único, que não deverá ultrapassar 10 MB (dez megabytes).  
 1.3.1 Os documentos devem estar em português ou espanhol.  
 1.3.1.1 Documentos em outras línguas devem ser traduzidos.  
 1.3.2 O candidato é responsável por anexar os documentos comprobatórios para pontuação no momento da inscrição.  
 1.3.2.1 Serão desconsiderados documentos enviados por e-mail.  
 1.4 Os quadros de pontuação constam nos subitens 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3.  
 1.4.1 Para fins de comprovação dos itens, podem ser utilizados:  
 I. títulos: diplomas;  
 II. Serão desconsiderados atas de defesa ou comprovantes de conclusão;  
 III. livros: capa do livro e ficha catalográfica;  
 III. capítulos de livros: capa do livro, ficha catalográfica e primeira página do capítulo;  
 IV. artigos e resumos impressos: capa da revista, ficha catalográfica, sumário e primeira página do artigo; V. artigos e resumos digitais: informar o link do artigo na última página do arquivo dos documentos comprobatórios;  
 VI. experiência didática (semestres ou disciplinas lecionadas) e profissional:  
 a) Carteira de trabalho acompanhada de declaração comprobatória do setor de recursos humanos especificando as matérias lecionadas, em caso de trabalho prestado em instituição privada.

b) Contrato de trabalho, em caso de atuação como visitante ou substituto de órgão público e publicação em Diário Oficial do extrato do contrato.  
 c) Declaração do setor de recursos humanos, especificando as matérias lecionadas e a publicação da nomeação de Diário Oficial, em caso de atuação em carreira de órgão público.  
 d) Declaração do setor de recursos humanos, especificando as matérias lecionadas e período de contrato, em caso de atuação de instituição privada.  
 VII. Cópia da capa e resumo da tese.  
 1.4.2 Somente serão pontuadas atividades didáticas e produção acadêmica no período de 2012 a 2022. 1.5 Os dados informados na inscrição são de total e exclusiva responsabilidade do candidato. 1.6 A taxa de inscrição é de R\$ 105,00.  
 1.7 O pagamento da GRU deverá ser realizado até o vencimento da guia.  
 1.8 Serão homologadas as inscrições que tiverem a taxa paga ou que a isenção for deferida. 1.9 Após a realização da inscrição, será gerado um comprovante que pode ser impresso pelo candidato.  
 1.10 A homologação das inscrições será divulgada em edital específico, conforme cronograma do Anexo.  
 2 Da isenção da taxa de inscrição  
 2.1 Os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593 de 02 de outubro de 2008, que regulamenta o Art. 11 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, têm direito à isenção do pagamento da taxa de inscrição do Processo Seletivo, mediante as seguintes condições:  
 I. estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e  
 II. ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto no 6.135, de 2007.  
 2.2 Para usufruir tal direito, o candidato deverá realizar a sua inscrição e solicitar isenção no prazo estabelecido no Anexo I, observando os seguintes passos:  
 I. acessar o site <https://sig.unila.edu.br/sigrh/public/home.jsf> (Menu Concursos), no qual estará disponível o Formulário de inscrição;  
 II. preencher integralmente o Formulário de acordo com as instruções nele constantes, informando o Número de Identificação Social - NIS;  
 III. declarar no próprio Formulário que atende às condições estabelecidas nos incisos "I" e "II" do item 2.1 deste edital;  
 IV. enviar eletronicamente e imprimir o comprovante;  
 2.3 As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este, a qualquer momento, se agir de má-fé, utilizando-se de declaração falsa, estar sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no Parágrafo Único do Art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979, sendo também eliminado do Processo Seletivo e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.  
 2.4 Para o candidato isento será validada, apenas, a última inscrição realizada.  
 2.5 Serão desconsiderados os pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição do candidato que: I. Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;  
 II. Fraudar e/ou falsificar as informações apresentadas;  
 III. Solicitar a isenção fora do prazo estabelecido no edital;  
 IV. Comprovar renda familiar mensal superior a três salários-mínimos, seja qual for o motivo alegado. 2.6 Não será aceito pedido de reconsideração/recurso do indeferimento da inscrição.  
 2.7 A homologação das inscrições será divulgada em edital específico, conforme cronograma do Anexo.  
 3 DA RESERVA DE VAGAS  
 3.1 A reserva de vagas para pessoas com deficiência e candidatos negros, nos termos deste Edital, está em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, a Lei nº 12.990/2014, o Decreto nº 9.508/2018. 3.2 Os candidatos com deficiência e os candidatos negros participarão deste concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como horários de início, datas, locais de aplicação e nota mínima exigida, observados os dispositivos legais.  
 3.3 O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas para candidatos com deficiência e/ou às vagas reservadas para candidatos negros deverão fazer a sua opção no Requerimento de Inscrição. 3.4 O candidato poderá desistir de concorrer às vagas reservadas até o final do período de inscrição, modificando seu Requerimento de Inscrição.  
 3.5 O percentual mínimo de reserva será aplicado conforme Instrução Normativa nº 02/2022/PROGEPE. 3.6 Os candidatos às vagas reservadas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.  
 3.7 Os candidatos às vagas reservadas aprovados no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.  
 3.8 Em caso de desistência do candidato aprovado em vaga reservada, essa vaga será preenchida pelo candidato concorrente à mesma reserva posteriormente classificado.  
 3.9 Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos aprovados às vagas reservadas, estas serão revertidas para a ampla concorrência e poderão ser preenchidas por candidatos aprovados pela lista geral. 3.10 DA RESERVA DE VAGA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA:  
 3.10.1 As pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo Decreto 9.508, de 2018, fica reservado o percentual mínimo de 5% das vagas oferecidas. 3.10.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4.º, do Decreto nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004.  
 3.10.3 Fica assegurada a adequação de critérios para a realização e a avaliação das provas de que trata o inciso III do artigo 3.º do Decreto 9.508/2018 à deficiência do candidato, a ser efetivada por meio do acesso a tecnologias assistivas e a adaptações razoáveis, observado o disposto no ANEXO DO DECRETO 9.508/2018. 3.10.4 O atendimento às condições especiais solicitadas no ato da inscrição ficará sujeito a análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.  
 3.10.5 O candidato, ao declarar sua deficiência, especificando-a no Requerimento de Inscrição, estará ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório, que também será acompanhado por equipe multiprofissional.  
 3.10.6 O candidato com deficiência que necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá solicitá-lo no Requerimento de Inscrição, de maneira clara e objetiva.  
 3.10.7 O candidato que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital, não poderá alegar a referida condição em seu benefício, não sendo, portanto, considerado Pessoa com Deficiência e não lhe será facultado impetrar recurso em favor de sua condição para concorrer à vaga reservada. 3.10.8 É obrigatório ao candidato autodeclarado PcD submeter-se à avaliação médica oficial para confirmação da alegada deficiência.  
 3.10.8.1 A convocação e a realização da Avaliação Médica Oficial serão atos que antecedem a nomeação do candidato.  
 3.10.8.2 Para realização de Avaliação Médica Oficial, o candidato deverá apresentar laudo médico original expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos anteriores a esta, atestando a espécie e/ou grau, ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência.  
 3.10.8.3 Durante a Avaliação Médica Oficial, poderão ser solicitados laudos, exames ou relatórios complementares, emitidos por profissional de saúde atuante na área da deficiência declarada pelo candidato, os quais deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de solicitação; 3.10.8.4 Findada a referida avaliação, será disponibilizada cópia do laudo médico, o qual deverá ser apresentado pelo candidato no ato de realização do exame admissional, para fins de avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo a ser assumido pelo candidato;

